

## Moção B



### Moção de Orientação Político-Sindical

## UM SINDICATO MAIS FORTE COM RAÍZES NA PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, INTERVENÇÃO E LUTA DOS PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES

A Educação, para além de um direito fundamental, é uma condição determinante para a emancipação individual e coletiva dos jovens e do país, é uma condição essencial para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva, tal como está consagrada na Constituição da República Portuguesa, Constituição de abril que a eleva a elemento central do regime democrático:

*“O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva” – art.º 73, nº 2*

O VI Congresso do SPGL decorre num tempo em que as políticas públicas nas áreas da Educação e da Investigação Científica, praticadas pelos sucessivos governos, são marcadas por um contínuo subfinanciamento e por políticas de direita que seguem um caminho de perigosa desvalorização da profissão docente, da investigação, da Escola Pública e do serviço público de Ciência.

Num tempo em que os Professores, Educadores e Investigadores continuam sem ter resposta aos seus problemas e anseios, **urge acabar com a precariedade laboral, recuperar e valorizar as carreiras docentes e de investigação e os salários**, melhorar as condições de exercício da profissão, designadamente os horários de trabalho e procurar um rejuvenescimento do corpo docente, desde logo valorizando os que já trabalham e atraindo os que podem vir.

É também por tudo isto que o Congresso se realiza: não para nos fecharmos num auditório, mas para analisarmos os problemas dos docentes e dos investigadores. Para daqui sairmos com um sindicato mais forte e, a partir daí, com a luta dos professores, educadores e investigadores reforçada. **Através da organização e da intervenção nas escolas, estaremos em melhores condições de intervir no sentido da resolução dos problemas que todos sentimos e que, sem a nossa luta, nunca serão resolvidos.**

É, pois, essencial e urgente:

- **A defesa do Ensino Público, Democrático, Inclusivo, Gratuito e de Qualidade, a escola para todos;**



- A valorização da Educação, enquanto fator de coesão e de desenvolvimento integrado do País, isto é, de desenvolvimento político, económico, social e cultural;
- A criação de condições de trabalho dignas para os professores, educadores e investigadores; investindo, nomeadamente, nos meios e apoios pedagógicos de forma a proporcionar aprendizagens mais ricas às crianças e jovens, respeitando e dando resposta às suas necessidades individuais;
- A valorização das carreiras profissionais e a sua urgente revisão;
- A eliminação da precariedade laboral e o combate às desigualdades sociais;
- Um regime específico de aposentação dos docentes;
- **A concretização de um modelo democrático de gestão das escolas e agrupamentos de escolas** que observe os princípios de elegibilidade, colegialidade e participação; e de um modelo de descentralização da Educação, assente na autonomia das escolas, exercida num quadro de gestão democrática das mesmas, incompatível com o processo de “municipalização” em curso;
- A eliminação dos Mega-agrupamentos e a redefinição da rede escolar, generalizando a oferta pública;
- **A alteração do regime de concursos para colocação do pessoal docente**, baseada na redução da área geográfica dos atuais QZP, na revisão da designada norma “travão” para passar a abranger os docentes com pelo menos 3 anos de serviço e a consagração de um regime de Mobilidade por Doença;
- Uma dotação adequada das escolas em auxiliares de ação educativa (assistentes operacionais), com alteração da portaria dos rácios;
- A revisão do processo de formação (inicial e contínua) dos professores;
- A reversão do subfinanciamento crónico do Ensino e da Ciência;
- A defesa e valorização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, essencial para o desenvolvimento integrado do País;
- No Ensino Particular e Cooperativo (EPC), IPSS e Misericórdias, em que a degradação das condições laborais tende a ser justificada pelas entidades patronais com argumentação inaceitável, urge, a defesa da negociação e contratação coletivas com vista a melhorar as condições de trabalho e o respeito pelo exercício da profissão, aproximando os direitos laborais dos docentes aos do ensino público, no que respeita a horários de trabalho, carreiras e salários, devendo ser assegurada a aplicação e o cumprimento das convenções coletivas nestes setores, através da fiscalização e atuação por parte da DGERT e ACT. Exige-se também o reconhecimento, para efeitos de progressão na carreira, de todo o tempo de serviço docente prestado, independentemente do estabelecimento de ensino;
- Ainda para os docentes do ensino artístico especializado e do ensino profissional a necessidade de igualdade de condições com os docentes do ensino regular, sem prejuízo de adequações decorrentes de especificidades destas modalidades de ensino;
- No Ensino Superior e na Investigação Científica, onde grassa a precariedade laboral, é urgente acabar com os vínculos precários da maioria dos investigadores, com contratos de trabalho a termo ou de bolsa, e dos docentes contratados abusivamente como convidados. É imprescindível valorizar e rever as carreiras docentes do Ensino Superior e a de Investigação, e melhorar as condições de trabalho destes profissionais. É fundamental rever o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, valorizando a participação e a gestão democrática, a função pública do Ensino Superior e revogar o regime fundacional;
- Os docentes e investigadores aposentados, com grande património de experiência profissional, devem ter diversas oportunidades de participação nas iniciativas e lutas do SPGL,



nomeadamente em momentos de reflexão, nas actividades culturais e em decisões específicas da sua condição de aposentados, como atualizações de reformas e pensões, sistema público de Segurança Social, reforço da ADSE e valorização do SNS.

Estas e tantas outras situações gravosas só poderão vir a ser alteradas através da luta e de um permanente diálogo negocial, tantas vezes negado, entre os responsáveis governamentais e as organizações representativas destes trabalhadores, nomeadamente a FENPROF;

O VI Congresso do SPGL reafirma a absoluta necessidade da presença do sindicato nas escolas, creches, jardins de infância e instituições de Ensino Superior, através dos seus dirigentes e dos delegados sindicais, de forma constante, disponíveis para o esclarecimento e a mobilização dos professores, educadores e investigadores.

Importa:

- Desenvolver a ação sindical centrada nas escolas, creches, jardins de infância e instituições de Ensino Superior, reforçando a sindicalização e alargando, de forma significativa, o número de delegados sindicais, valorizando o seu papel enquanto elementos estruturantes da vida do sindicato nas escolas, dando particular atenção aos docentes e investigadores jovens, muitos deles ainda desligados das lutas e problemas que têm pela frente;
- Criar as condições para uma efetiva participação dos sócios na vida e decisões do SPGL, nomeadamente na Assembleia Geral de Sócios e nas Assembleias de Delegados Sindicais;
- Intensificar o combate e denúncia da crescente degradação das condições de trabalho com que os professores, educadores e investigadores estão confrontados;
- Participar na denúncia e combate às tentativas e avanços de municipalização da Escola Pública;
- Dar visibilidade e intensificar a luta pela Escola Pública, Democrática, Inclusiva, Gratuita e de Qualidade;
- Dar visibilidade e intensificar a luta em defesa do Sistema Científico e Tecnológico Nacional;
- Reforçar a ação e a iniciativa da FENPROF, a organização sindical mais representativa dos professores, educadores e investigadores, participando de forma empenhada e cooperante na definição das políticas sindical, educativa e científica e nas ações a desenvolver, em conjunto com os outros sindicatos, em defesa dos direitos dos seus associados;
- Participar ativamente na definição da política sindical, na ação e nas lutas do Movimento Sindical Unitário, Frente Comum e CGTP-IN, numa lógica de unidade na ação e de respeito pela identidade de cada sindicato.

**O VI Congresso do SPGL reafirma a necessidade da luta por uma profissão valorizada, numa Escola Democrática e de Qualidade. Ao longo de quase cinquenta anos de democracia, só a mobilização e a luta dos profissionais da Educação e da Investigação Científica têm sido um obstáculo aos propósitos de desvalorização da Educação, do Conhecimento Científico e da Escola Pública.**

Subscritores:

Manuel Francisco Lopes Antunes Pereira Guerra

Rita Conceição Carraca Magrinho

Celestino António Alves Escaleira

+ 239 Subscritores

